



## Colégio de Contabilidade define pauta da próxima reunião

23/10/19

Foi convocada a 9ª Reunião do **Colégio de Coordenadores das Comissões Técnicas de Contabilidade** da Abrapp, agendada para o dia 28 de novembro (quinta-feira), das 09h30 às 17h30, na sede da FUNCESP, localizada na Alameda Santos nº 2.477, em São Paulo.

Constam da pauta temas como a apresentação dos novos coordenadores e substitutos da Comissão Técnica Sudeste de Contabilidade; comunicados ABRAPP; relato sobre o Manual de Contabilidade, report sobre a participação dos membros das CTs de Contabilidade nos GTs constituídos pela ABRAPP; alterações na NBC PG 12 – Educação Profissional Continuada do CFC; e planejamento dos trabalhos das Comissões Técnicas de Contabilidade para o ano de 2020.

### Orçamento: sucesso deve se repetir amanhã em Recife

O seminário **Orçamento EFPCs: Gestão e Práticas Aplicadas aos Fundos de Pensão** será apresentado amanhã (24) em **Recife** e a expectativa é que se repita o êxito alcançado nas edições anteriores no Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), Florianópolis (SC), São Paulo (SP), Salvador (BA), e Porto Alegre (RS). O sucesso é atribuído à oportunidade do tema e à qualidade técnica do evento.

As inscrições para o evento na capital pernambucana ainda estão abertas e pela relevância do assunto para o nossos dia a dia vale com certeza aproveitar a oportunidade.

Em novembro o seminário será levado à **Belo Horizonte** (04/11) e **Brasília** (05/11).

A qualidade técnica é uma constante do programa de treinamento da ANCEP e, no caso do seminário sobre orçamento, essa marca é garantida pela entrega do evento à Maria Elizabete da Silva - Controller da FACHESF; Diretora Técnica da ANCEP; Coordenadora da CTR Nordeste da ABRAPP; Especialista em Controladoria de EFPC; Pós Graduada em Finanças, Auditoria, Controladoria, Gestão de Orçamento e Custos; Instrutora da ANCEP, UNIABRAPP e FACHESF; Professora do Centro Universitário Estácio.

O objetivo do seminário é capacitar os treinandos para elaboração, execução, acompanhamento e controle do Orçamento Geral, conforme metodologias e métodos que predominam atualmente nos mais modernos e controles ambientes com a finalidade de atender às exigências legais aplicadas aos Fundos de Pensão.

### Senado aprova texto-base da reforma da Previdência

O Plenário do Senado Federal aprovou em segundo turno nesta terça-feira (22), com 60 votos favoráveis e 19 votos contrários, a reforma da Previdência (**PEC 6/2019**). Mas ficaram pendentes de votação um destaque apresentado pelo PT e outro pela Rede, que serão votados hoje (23), a partir das 9h, informava ontem à noite a Agência de Notícias do Senado, entre várias outras mídias.

Em 3 momentos de sua edição de hoje o jornal O Globo festeja. A manchete de primeira página é "Congresso aprova a maior reforma da Previdência em 30 anos". O editorial é só elogios e em sua coluna o jornalista Ancelmo Gois diz que "conseguir uma economia de R\$ 800 bilhões para os cofres públicos é um feito extraordinário de nosso parlamento".

Apesar do significativo avanço, lembra o portal UOL, o assunto reforma da Previdência deve voltar em não muito tempo, na avaliação do governo e de economistas que defendem a necessidade de revisões para equilibrar as contas públicas. O principal motivo são as mudanças que vêm acontecendo na população brasileira e que devem continuar nas próximas décadas. Entre elas, o fato de que as pessoas estão vivendo mais e as famílias estão tendo menos filhos. O Ministério da Economia calcula que a expectativa de sobrevida será de 21,2 anos para uma pessoa de 65 anos em 2060. Hoje é de cerca de 18,4 anos. Há 40 anos, era de 12 anos. Por enquanto, registra o Correio Braziliense, ainda não foi definida uma data para a sessão especial de promulgação.

A estimativa de economia com a PEC 6/2019 é de cerca de R\$ 800 bilhões em 10 anos, mas entre os destaques está que estarão sendo votados hoje há um do PT que requer aposentadoria especial para o trabalhador em atividades exercidas com exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos. Líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) argumentou que isso não seria possível, pois a periculosidade não é questão previdenciária, mas trabalhista. O plenário se dividiu e os governistas acharam melhor fazer os esclarecimentos hoje.

Bezerra, informa o jornal Valor Econômico, garantiu que, mesmo se a emenda for aprovada, o texto não voltaria para a Câmara, pois se trata de uma modificação apenas na redação da PEC. Mas que o governo está preocupado porque a mudança abriria brechas para questionamentos na Justiça, além de ter um impacto calculado da ordem de R\$ 20 bilhões em dez anos.

Por sua vez diz a Folha de S. Paulo que o atraso na conclusão da reforma é um revés para o Palácio do Planalto, cujos interlocutores atuaram durante todo o dia com o objetivo de encerrar a tramitação da proposta nesta terça.

A principal medida da reforma da Previdência é a fixação de uma idade mínima (65 anos para homens e 62 anos para mulheres) para a aposentadoria, extinguindo a aposentadoria por tempo de contribuição. O texto também estabelece o valor da aposentadoria a partir da média de todos os salários (em vez de permitir a exclusão das 20% menores contribuições), eleva alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS (hoje em R\$ 5.839,00) e estabelece regras de transição para os trabalhadores em atividade.

Cumprida a regra de idade, a aposentadoria será de 60% com o mínimo de 15 anos de contribuição. Cada ano a mais eleva o benefício em dois pontos percentuais, chegando a 100% para mulheres com 35 anos de contribuição e para homens com 40.

O objetivo com a reforma, segundo o governo, é reduzir o rombo nas contas da Previdência Social.

A votação da PEC paralela da Previdência (PEC 133/2019) será concluída em até 15 dias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e antes do dia 19 de novembro em Plenário.

A PEC paralela contém alterações e acréscimos ao texto principal, como a inclusão de estados e municípios nas novas regras previdenciárias. A expectativa é da presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS). Ela falou à imprensa nesta terça-feira (22), sendo que a CCJ se reúne nesta quarta-feira (23) para analisar o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) às 168 emendas apresentadas à PEC paralela. Segundo Simone, será concedida vista coletiva — prazo para que os senadores analisem o parecer.

## Presidente da Faeces defende fundos florestais

Os fundos florestais podem ajudar os institucionais a bater suas metas atuariais, avalia o presidente da Faeces, Luiz Carlos Cotta, registra o site da revista Investidor Institucional.

Segundo ele, embora os retornos sejam a longo prazo em geral são compensadores. “Hoje um fundo florestal pode garantir uma rentabilidade do IPCA mais uma taxa de oito a dez por cento ao ano”, diz